

Elaboração do PDM de Odivelas – proposta para discussão pública
Ata de Reunião de Concertação

Pág. 1 / 5

Assunto: Concertação de posições sobre Reserva Ecológica Nacional, Cheias e Riscos (entidades representadas CMO; CCDR-LVT)		Local	CCDR-LVT - Lisboa
		Data	18-01-2013
		Hora	10.00

Ordem de Trabalhos

- 1 – Ordenamento do uso do solo, especialmente na UOPG 12, referentes pontos 35 e 36 (AV-REM e RAN), do Parecer Final da CA.
- 2 – Ordenamento do uso do solo, especialmente no respeitante a solo rural, referente aos pontos 27, 28 e 64 entre outros, do Parecer Final da CA.
- 3 – Pontos 37, 38, 39 entre outros, do Parecer Final da CA, relativos à matéria do Ruído Ambiente Exterior.
- 4 – Exploração de recursos naturais e legalização de atividades económicas em situação ilegal, referentes aos pontos 28, 83 e 84.
- 5 – Outros assuntos.

Assunto	Equacionamento – Síntese	Decisões Tomadas	Prazo de Execução	Responsável
Ponto 1	<p>A CMO apresentou uma proposta/cenário de ordenamento dos usos do solo na UOPG 12 – Área Empresarial de Famões, designadamente na zona da Quinta dos Cedros e Bairro da Milharada visando compatibilizar o ordenamento proposto, o qual visa satisfazer compromisso municipal assumido para aqueles terrenos, quer com a exigência de uma nova área de RAN junto do bairro da Milharada quer com a Área Vital da REM definida no PROTAML. Para facilitar esta solução, colocou-se a hipótese de transferir parte da edificabilidade da zona junto da Milharada para a área de Atividades Económicas no centro da Q^{ta} dos Cedros e para uma outra parcela a norte da Quinta das Dális.</p> <p>A CCDRLVT mostrou-se mais favorável à ocupação da zona junto do bairro da Milharada do que ao alargamento da área de Atividades Económicas no centro da Quinta dos Cedros, havendo contudo que resolver a questão da RAN.</p>	<p>A CCDRLVT, defendendo a prioridade ao princípio da continuidade espacial das Áreas Vitais, reforça a necessidade de redução da área urbana no centro da Quinta dos Cedros e admite a ponderação de, que o ordenamento da Quinta dos Cedros e Milharada envolva uma área urbana junto a este bairro, na perspetiva de remate urbano e beneficiação da relação urbano-rural naquela área e admite também a transferência de parte da edificabilidade para a área a norte da Quinta das Dális, dado que esta se localiza fora da área Vital do PROT. Há ainda a necessidade de concertar com a DRAPLVT a não inclusão dos solos, da área junto ao bairro da Milharada, em RAN. De modo a viabilizar a transformação de uso rural para urbano na zona da Milharada.</p> <p>A CCDRLVT salienta que a ocupação desta área se encontra fundamentada na consolidação de um pólo de atividades económicas, pelo que a função residencial deverá ser restringida.</p>	Não definido.	CMO.

Elaboração do PDM de Odielas – proposta para discussão pública
Ata de Reunião de Concertação

Pág. 2 / 5

Assunto	Equacionamento – Síntese	Decisões Tomadas	Prazo de Execução	Responsável
Ponto 2	<p>A CMO apresentou a metodologia de classificação e delimitação, na categoria em solo rural, de Aglomerado Rural, na zona norte do concelho, nomeadamente através dos critérios de proximidade, dos conjuntos de dez unidades habitacionais, em conformidade com os critérios indicados nos estudos recomendados pela CCDRLVT e ainda com base na delimitação de AUGI em conformidade com o respetivo regime jurídico.</p>	<p>Sobre os Aglomerados Rurais, a CCDR nada objetou mas remeteu a sua apreciação para quando da apresentação da proposta.</p> <p>Realizou-se que o regulamento deve estabelecer medidas de contenção da edificação dispersa no solo rural, de modo a não promover novas habitações em solo rural, em consonância com o explicitado no parecer emitido.</p>		
Ponto 3	<p>A CMO apresentou a planta de ordenamento de classificação do uso do solo atualizada, contemplando, agora, a categoria de Espaço Naturalizado de Proteção ou Enquadramento em substituição da denominação anterior (Espaço Naturalizado de Proteção e Lazer), o qual admite espaços de lazer mas em regime de compatibilidade de uso e somente onde ou quando se verificarem as condições legais e regulamentares (ex. o RGR) aplicáveis para esse tipo de uso.</p> <p>Foi discutida a existência, na planta de ordenamento, de propostas para esse tipo de uso em situações de conflito de ruído associadas às grandes infraestruturas de transporte.</p> <p>A CMO justificou que muitas das situações onde se poderia verificar esse conflito já tinham sido intervenções nas fontes de ruído, pelas entidades concessionárias, com medidas de redução de ruído mas disponíveis CMO não dispunha dos dados acústicos atuais.</p> <p>A CCDRLVT mostra-se contrária à proliferação de ocupação com usos sensíveis das áreas de conflito com base na gestão casual de cada operação.</p> <p>A CMO argumenta que a proposta de ordenamento apenas pretende dar resposta a carências manifestas de espaços de descompressão e lazer destinadas a populações e áreas residenciais que se encontravam instaladas aquando da construção das GIT que vieram gerar a situação de conflito de ruído face ao RGR.</p>	<p>A CCDRLVT propõe que seja efetuado:</p> <p>a) Atualizar o Mapa do Ruído com base na informação dos vários Mapas Estratégicos do Ruído e planos de ação elaborados pelas concessionárias das GIT e consequente concertação com as mesmas, de modo a que essa informação contribua para a atualização dos Estudos de Caracterização deste plano, dado o carácter obsoleto dos estudos apresentados pela CMO;</p> <p>b) Reponderar a localização das áreas de recreio de lazer de acordo com os resultados do estudo acústico reformulado, classificando estas zonas como Zona Mista ou Sensível;</p> <p>c) Ponderar a reformulação do zonamento acústico de acordo com novo Ordenamento, classificando de Zona Mista as áreas de Espaço de Atividades Económicas dada a intenção de compatibilidade com usos habitacionais;</p> <p>d) Integrar na classificação as categorias de solo de Espaço de Ocupação Turística e de Espaço de Equipamentos e Outras Estruturas (estes últimos, apenas se previrem usos sensíveis);</p> <p>e) Anular a classe Zona Mista Transitória, dado não serem permitidas operações urbanísticas nessas áreas sem prévio PMOT para o local, o qual estabelecerá a classificação de zonas, vigorando até à aprovação do PMOT as disposições relativas aos recetores sensíveis isolados;</p> <p>f) Se aplicável, fundamentar a equivalência das situações acústicas atual e futura com o facto de o acréscimo de tráfego nas vias existentes e previstas, decorrente da</p>		

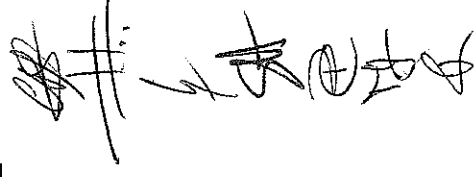
[Assinaturas manuscritas]

Elaboração do PDM de Odivelas – proposta para discussão pública

Ata de Reunião de Concertação

Pág. 3 / 5

Assunto	Equacionamento – Síntese	Decisões Tomadas	Prazo de Execução	Responsável
	<p>A CCDRLVT questiona a falta de abordagem prospetiva no mapa do ruído bem como a proposta de novas vias estruturantes municipais sem fundamentação em estudos de tráfego.</p> <p>A CMO argumenta que, em sede de PDM, o qual apenas define um modelo de ordenamento à esc: 1/10.000, não definindo a implantação das atividades e da rede viária de forma concreta, não é possível a georreferenciação das fontes de ruído nem caracterizar e estimar volumes de tráfego e, por conseguinte, não é possível dispor dos dados indispensáveis para estimar os valores de níveis de ruído ambiente. Perante estas circunstâncias, confirmadas pela equipa de especialistas que elaborou o mapa de ruído, considera-se não ser fiável a elaboração de avaliação prospetiva no âmbito de estudo e na escala de trabalho do PDM.</p>	<p>proposta de plano, não ser significativo.</p> <p>Face à justificação apresentada pela CMO da necessidade de localização de áreas de recreio de lazer em áreas de conflito acústico, devido à inexistência de espaços livres alternativos na proximidade das populações a servir, a CCDR referiu que tal poderá constituir uma fundamentação a ponderar no conjunto das vertentes em análise no PDM, mas que a desconformidade com o RGR deverá ser assumida e ultrapassada mediante a adoção de medidas de redução sonora. .</p>		
Ponto 4	<p>A CMO alega que, no município de Odivelas, dado o desenvolvimento entretanto ocorrido e o facto de tudo aparentar que os recursos naturais se encontram esgotados, o que é demonstrado pelo facto de há muito que não existem atividades extrativas.</p> <p>A CCDRLVT concordou mas sugere que a CMO informe a DRLVT-MEE sobre essa opção de interdição da extração de matéria-prima, uma vez que o município possui fracos ou nulos recursos para essa atividade.</p> <p>A CCDRLVT sugere que seja introduzido um artigo no PDM que possa permitir a legalização de edificações industriais existentes à data da publicação do PDM em vigor, nas condições que a CM entenda adequadas</p>	<p>A CMO informará a DRLVT-MEE sobre a opção de interdição de extração de recursos por estarem esgotadas as condições necessárias para esse tipo de atividade.</p> <p>A CMO integrará uma disposição regulamentar no regulamento do PDM que permita a legalização de edificações industriais existentes à data da entrada em vigor do primeiro PDM.</p>		
Ponto 5	<p>A CMO informou estar a ponderar a introdução da categoria de Espaço de Equipamentos e Outros Usos de Interesse Público para áreas com dimensão superior a 0,5 ha e anulação do Espaço de Uso Especial – Complexo Desportivo.</p> <p>A CMO apresentou alguns afeitos de qualificação de solo</p>	<p>Relativamente ao processo REN e de acordo com as orientações da CNREN, a CMO entregará a proposta de REN Bruta à CCDRLVT antes de 12 de Fevereiro de modo a que esta possa reencaminhar a proposta à CNREN com o seu parecer favorável. A REN Final terá que ser entregue no prazo de 6 meses após 12 de fevereiro. A CCDRLVT enviará os requisitos de instrução do processo para a CMO</p>		



Elaboração do PDM de Odivelas – proposta para discussão pública
Ata de Reunião de Concertação



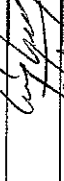



Pág. 4 / 5

Assunto	Equacionamento – Síntese	Decisões Tomadas	Prazo de Execução	Responsável
	<p>em algumas áreas de AUGI já reconvertidas mas cuja gestão posterior ao PDM impõe a consideração das especificidades de cada zona, com a atribuição de Espaço Central e de Nível 1, porém com limitação especial do nº de pisos a 4, a algumas áreas que o justificavam, mediante informação veiculada pelo serviço municipal de reabilitação urbana.</p> <p>Foi discutida a orientação emitida pelo Presidente da CNREN sobre o modo de entrega das propostas de REN face às recentes alterações ao regime jurídico da REN.</p>	<p>o mais breve possível.</p>		

[Handwritten signatures]

Elaboração do PDM de Odivelas – proposta para discussão pública
 Ata de Reunião de Concertação

Pág. 5 / 6

Presenças				
Nome	Entidade	Contacto Telefónico e/ou Eletrónico	Rubrica	
Marta Alvarenga	CCDRLVT			
Isabel Rodrigues	CCDRLVT			
Patrícia Cabrita	CCDRLVT			
Luis Grave	C. M. Odivelas			
Carlos Santos	C. M. Odivelas			
Marco Moreira	C. M. Odivelas			
Sandra Horta	C. M. Odivelas		